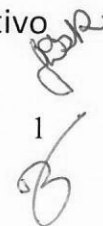


## Ata número oitenta e oito (88) Conselho de Administração.

Ao vigésimo oitavo dia (28) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte (2021), às dezoito horas e trinta minutos (18h30), na sala de reuniões da Prefeitura do Município de Cambé, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Administração gestão 2020/2023. Presentes os membros: Eu - Eduardo Anzola Pivaro, Helena Solange Pagnan Bernardi, Josiele Diniz da Silva Richieri, Aldecir Cairrão, Wagner Santana, Jackson Romeu Ariukudo, Paulo Humberto Pizaia Neto e a diretora presidente Andréia Cristina da Silva. A diretora presidente providenciou os documentos pertinentes e os distribuiu aos presentes, sendo eles, o demonstrativo financeiro e também o relatório dos fundos de investimentos e aplicações financeiras referente ao mês de dezembro de 2020 e eu, Eduardo, colhi as assinaturas pendentes nas atas de reuniões anteriores enviadas com antecedência a todos os membros e também a lista de presença da reunião desta data. Na sequência iniciei a reunião elencando os assuntos da pauta. 1) Demonstrativo Financeiro e Aplicações Financeiras referente ao mês de dezembro/2020; 2) Análise e autorização para obras a serem executadas pelo concessionário no terreno de matrícula 20.572, objeto do Contrato administrativo n. 008/2018 de concessão real a título oneroso entre Autarquia Cambé Previdência e Cocamar Cooperativa Agroindustrial e 3) Assuntos administrativos. Passei a palavra a diretora presidente que agradeceu aos membros pelas mensagens recebidas referente vossa nomeação ao cargo e passou a discorrer sobre o demonstrativo financeiro de dezembro de 2020. As contribuições previdenciárias totalizaram R\$ 2.523.996,82 - incluindo demais receitas - inclusive a compensação previdenciária recebido de R\$ 279.700,98, o aporte anual e a receita extra-orçamentária, totalizaram R\$ 13.074.522,71, somando as receitas extra-orçamentária o saldo de receitas encerraram em R\$ 16.380.281,09. Informou ainda que o mês de dezembro foi muito bom para o mercado financeiro, que a nossa diversificação fez com que nossos rendimentos apresentassem um bom resultado. Informou também que, como já era sabido e dito nas reuniões anteriores, não atingimos a meta atuarial devido ao crítico cenário nacional e mundial, comprometido principalmente pela Pandemia. A diretora informou que o aporte foi recebido devidamente em espécie - colaborando positivamente com a gestão do RPPS. A diretora presidente ainda manifestou o contentamento com a gestão municipal que teve muito respeito pelo nosso RPPS, repassando as contribuições e o aporte anual devidamente em dia e por muitas vezes com antecedência e ainda por ter atendido ao prazo e enviado a Lei de alteração de alíquotas ao legislativo que também atendeu a tempo. As despesas previdenciárias totalizaram R\$ 6.489.424,11, o valor é maior neste demonstrativo



devido ao pagamento do 13 salario, despesas administrativas de R\$ 178.135,40 essas incluindo as obrigações tributárias e contributivas e mais as despesas extra-orçamentárias que totalizaram R\$ 1.310.667,36. Total de Despesas no mês de dezembro foi de R\$ 8.029.381,61. O resultado mensal foi positivo em R\$ 8.350.899,48. Saldos bancários no valor de R\$ 138.392.223,74, encerrando o ano na evolução das disponibilidades financeiras em 13,63% e o numero total de beneficiários até 31/12/2020, 971. O Aldecir perguntou sobre a publicação do anexo 2 e ainda relatou haver prejuizo. A diretora presidente manifestou que sempre é publicado em dia, e não pode afirmar se estava ou não no site naquele momento. Em seguida foi apresentado o relatório dos fundos de investimentos. Passando para o item 2) da pauta, a diretora explanou sobre a intenção da realização das obras no terreno pela Cocamar, onde, os projetos e a solicitação foram encaminhadas com antecedência aos conselheiros. Explanou que as obras serão a construção de uma guarita de 9 m2 com banheiro para controle de entradas de pessoas e uma sala de 74 m2 também com banheiros a fim de abrigar os visitantes e motoristas enquanto aguardam cargas. Explicou que nosso contrato administrativo preve que quando houver interesse de obras em terreno de propriedade da Autarquia, o concessionário deverá nos comunicar com antecedência para aprovação ou não e que o contrato preve a possibilidade de compensação entre valor da obra X pagamentos dos "aluguéis", porém, a Cocamar abriu mão de tal ressarcimento, renunciando interiramente a clausula nona do contrato, e isto está explicitado no requerimento. Informou também que no parecer juridico não há objeção e apontamento de irregularidade no ato. A diretora perguntou aos membros se gostariam que ela fizesse mais alguma indagação sobre o requerimento ou alguma opinião sobre o assunto e comunicou ainda que solicitou que providenciassem e apresentassem o álvara da obra. O Jackson perguntou até quando vai o contrato, a diretora respondeu que até 2023 e ainda qual foi o objeto, a diretora respondeu que apenas a concessão do espaço / terreno. Aldecir perguntou se a diretora presidente considera interessante essa obra, a diretora respondeu que sim. Paulo demonstrou preocupação em haver construção no local caso haja a desocupação do terreno. Jackson perguntou se foi feito lei autorizativa para essa concessão, foi respondido que não, que foi um ato administrativo. Aldecir mencionou que a época que era presidente foi proposto um complexo logistico. A diretora presidente perguntou se foi aprovado pelo conselho na ocasião. Jackson relatou que como não haverá compensação de valores - não haverá indenização e é considerada uma benfeitoria voluntuária, e que poderíamos colocar em votação. A diretora falou sobre em colocar algo caso desocupem o terreno, devolverem nas mesmas condições, Jackon informou que isso já faz parte do contrato e



que existe essa necessidade. Aldecir se pronunciou posteriormente sobre o mesmo assunto, Jackson comunicou que a concessão real de uso já é isso, seria desnecessário tal apontamento. Em seguida foi colocado em votação a benfeitoria sugerida, o qual foi aprovado por unanimidade. 3) Assuntos administrativos: Informações da Diretora Presidente: As obras no terreno da Rua França esquina com Av Canadá deverão iniciar na próxima semana. Fez a solicitação de um servidor para ajudar nas atividades administrativas da Autarquia que tem aumentado diariamente com diversas mudanças instituídas aos RPPS's. Mencionou novamente que a meta atuarial ficou em 4,77% e neste momento, eu, Eduardo, informei que o comite acompanha as recomendações dos especialistas e que não é possível seguir todos as recomendações e que partimos por uma linha que trouxe segurança para nossos ativos. Jackson complementou com a preocupação sobre o deficit financeiro, neste momento a diretora comunicou que oficiou e conversou pessoalmente com o prefeito sobre a reforma previdenciária que será necessária no municipio e sugeriu a criação de um grupo de estudos / comissão especial para que sejam tratados sobre o assunto, inclusive a previdencia complementar. Informou ainda que o prefeito foi muito solícito e aberto ao assunto. Aldecir falou sobre o aumento da alíquota patronal alegando que possivelmente isso será apontado pelo atuário, a diretora informou que isso será possivelmente discutido pelo grupo de estudos – a diretora informou que está em processo de contratação a assessoria atuarial. Aldecir cogitou a contratação de entidades públicas para elaboração do cálculo, a diretora manifestou sobre a dificuldade de obter esclarecimentos, haviam diversas informações que vinha erradas, enfim, o que não ocorreu com a assessoria. Eu, Eduardo, complementei que o relacionamento com atuário é importante em um processo de reforma. Diretora complementou que a assessoria será fundamental para os estudos. Neste momento os membros levantaram o assunto da previdência complementar e há muitas duvidas. Eu, Eduardo, falei que a obrigação minima é instituir para os novos servidores. Josiele perguntou se é o RPPS responsável pela previdencia complementar – diretora respondeu que não, é uma ação entre o executivo e a contratada, e eu complementei sobre criação do nosso próprio fundo, o que é algo complexo. Andréia informou ainda que seria necessário uma equipe para isso. Foi comentado também sobre a adesão ao Pró gestão, que por ora é facultativo, mas a Andréia acredita que poderá passar a ser obrigatório pelos movimentos que a secretaria vem executando, citou o exemplo do ISP, onde um dos requisitos é essa adesão, o que compromete no resultado do RPPS, já que traz pontuação e mencionou que não é possível a adesão com quadro de servidores reduzido como esta – relatou que em outros RPPS's há bem mais servidores, há aqueles como o nosso que tem até 15 servidores.



mas que também isso não é exemplo, mas que como está, não é possível avançar em diversas ações, pois o RPPS traz muitos prazos e exigências a serem cumpridas. Por fim comentou sobre o Congresso Previdenciário em Foz do Iguaçu, falou sobre a preocupação com a pandemia, mas colocou a disposição dos membros que tiverem interesse em fazer a inscrição e ainda que é importante a participação dos conselheiros, já que o RPPS tem muitas obrigações, diversos pontos a atender e que é importante que os conselheiros fiquem por dentro. Ao explicar esses assuntos, a diretora perguntou se havia mais alguma pergunta ou dúvida, como ninguém se manifestou encerramos a reunião ordinária. E, nada mais havendo a relatar, lavro a presente ata que lida e achada conforme, será assinada por mim -Eduardo Anzola Pivaro e por todos os presentes.



Wagner Santana



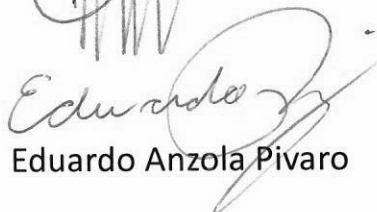
Aldecir Cairrão



Paulo Humberto Pizaia Neto



Jackson Romeu Ariukudo



Eduardo Anzola Pivaro



Josiele Diniz da Silva Richiere



Helena Solange Pagnan Bernardi

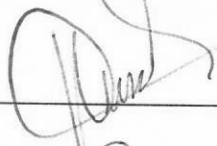


Andréia Cristina da Silva

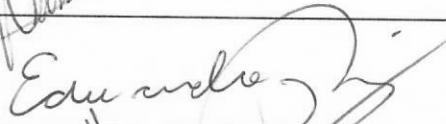
LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

28/01/2021 - 5ª Feira

ALDECIR CARRÃO



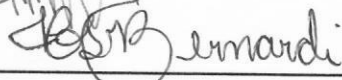
EDUARDO ANZOLA PIVARO



PAULO HUMBERTO PIZAIA NETO



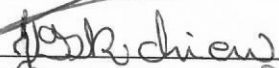
HELENA SOLANGE PAGNAN BERNARDI



JACKSON ROMEU ARIUKUDO



JOSIELE DINIZ DA SILVA RICHIERI



WAGNER SANTANA

